



FEMACT-CITIES

PLANO DE AÇÃO

INTEGRADO

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA REGIÃO DE COIMBRA

2025 - 2030



Índice

1. CONTEXTO, NECESSIDADES E VISÃO

1.1 CONTEXTO DAS AÇÕES

Pg 3

1.2 O NOSSO DESAFIO POLÍTICO E ANÁLISE DO PROBLEMA

Pg 6

1.3 FOCUS DO PLANO DE AÇÃO

Pg 11

2. LÓGICA GERAL E ABORDAGEM INTEGRADA

2.1 OBJETIVOS PRINCIPAIS

Pg 14

2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES

Pg 14

2.3 AÇÕES TESTE

Pg 18

ÍNDICE

3. DETALHES DO PLANO DE AÇÃO

3.1. PROCESSO DE PLANEAMENTO DE AÇÕES

Pg 23

3.2. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

Pg 39

4. ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

4.1. ALINHAMENTO DA ABORDAGEM INTEGRADA

Pg 42

4.2. O FUTURO DO ULG

Pg 44

4.3. ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

Pg 45

4.4. AVALIAÇÃO DE RISCOS E ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO

Pg 46

4.5. MONITORIZAÇÃO E REPORT

Pg 48

5. CONCLUSÃO

Pg 49

1. CONTEXTO, NECESSIDADES E VISÃO

1.1 CONTEXTO DAS AÇÕES

1.2 O NOSSO DESAFIO POLÍTICO E ANÁLISE DO PROBLEMA

1.2.1 O Desafio Regional da Integração da Perspetiva de Género

1.2.2. Composição do Grupo Local URBACT e Modelo de Governação

1.2.3. Mapeamento de Necessidades, Diagnósticos Locais e Áreas de Intervenção

1.3 FOCUS DO PLANO DE AÇÃO

CONTEXTO
NECESSIDADES
VISÃO

1.1.CONTEXTO DAS NOSSAS AÇÕES

A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) propõe-se desenvolver e implementar um plano regional de integração da perspectiva de género, aplicável de forma transversal a toda a organização.

A Região de Coimbra localiza-se no centro de Portugal, numa posição estratégica entre Lisboa e o Porto. É a maior região intermunicipal do país, abrangendo um território amplo e diversificado que se estende desde o litoral atlântico até às áreas de interior montanhoso.

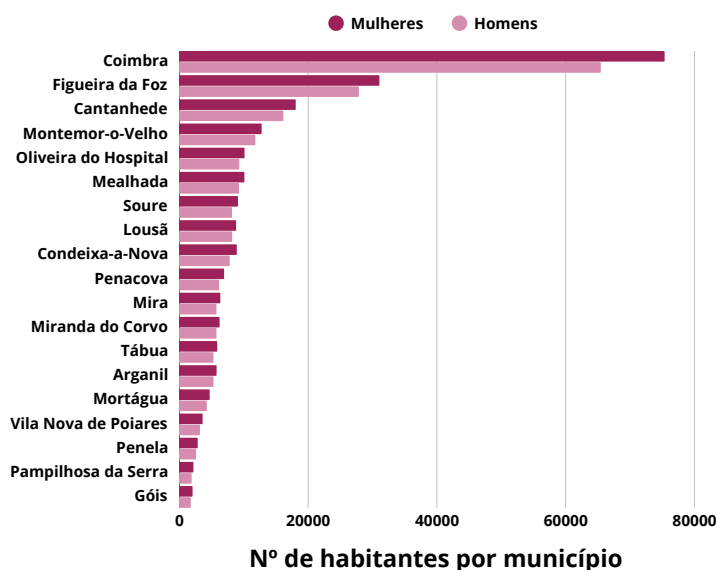
Este espaço geográfico integra um mosaico rico de paisagens, climas e identidades culturais, conjugando centros urbanos, cidades de média dimensão, comunidades rurais e contextos costeiros.



Área	4.335 km2
Municípios	19
Habitantes	436 862
Mulheres	230 874
Homens	205 988

A região é reconhecida pelos seus setores agrícola e gastronómico, tendo sido distinguida como Região Europeia da Gastronomia 2021-2022. A principal cidade, Coimbra, acolhe a Universidade de Coimbra, uma das universidades mais antigas do mundo, fundada em 1290. Para além da agricultura, da hotelaria e da educação, a região afirma-se também como um polo relevante nas áreas da indústria transformadora, da saúde e da investigação científica.

A Região de Coimbra caracteriza-se pela predominância de extensas áreas rurais e por uma rede de cidades pequenas e médias, destacando-se, além de Coimbra, os municípios da Figueira da Foz, Cantanhede e Montemor-o-Velho. Apresenta uma taxa de desemprego inferior à média nacional (5,95% em 2021, face a 8,13% no conjunto do país). Ainda assim, a região enfrenta desafios significativos ao nível da redução demográfica, resultante do envelhecimento da população, sendo o isolamento um problema particularmente sentido nas comunidades mais rurais.



Taxas de desemprego em Portugal em 2021



Taxa de desemprego da CIM Região de Coimbra em 2021



A Região de Coimbra proporciona aos municípios economias de escala ao nível da contratação pública regional, nomeadamente em serviços associados à educação, como as refeições escolares, e exerce igualmente as competências de Autoridade de Transportes a nível regional. Para além disso, assegura uma visão supra municipal das políticas públicas, promovendo uma abordagem integrada e articulada do desenvolvimento territorial.

A CIM Região de Coimbra é ainda responsável pela articulação entre políticas nacionais e locais, pela coordenação de competências de âmbito regional, pelo apoio técnico aos municípios e pela capacitação e formação dos recursos humanos dos 19 municípios que integram a Região de Coimbra.

Em 2021, a CIM Região de Coimbra coordenou a elaboração de 19 diagnósticos municipais e dos respetivos Planos Municipais para a Igualdade e a Não Discriminação, bem como de um Plano Intermunicipal para a Igualdade e a Não Discriminação, especificamente direcionado à Região de Coimbra, no âmbito do projeto “Região de Coimbra com Igualdade”.

Estes instrumentos foram fundamentais para identificar e priorizar as necessidades reais dos municípios e do território regional em matéria de igualdade e não discriminação, com um horizonte temporal de quatro anos. Os referidos planos foram aprovados em dezembro de 2022. A implementação dos Planos Municipais para a Igualdade e a Não Discriminação enquadra-se no regime jurídico que define as competências das autarquias locais, o qual estabelece como responsabilidade das câmaras municipais assegurar a integração da perspectiva de género em todas as áreas de intervenção municipal, designadamente através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade. O objetivo passa agora pela consolidação de uma estratégia regional neste domínio.

Uma das áreas prioritárias de intervenção da Região de Coimbra é a promoção de uma Região mais Social, alinhada com a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Nos últimos anos, foram desenvolvidos diversos projetos com uma abordagem integrada à igualdade de género, nomeadamente:

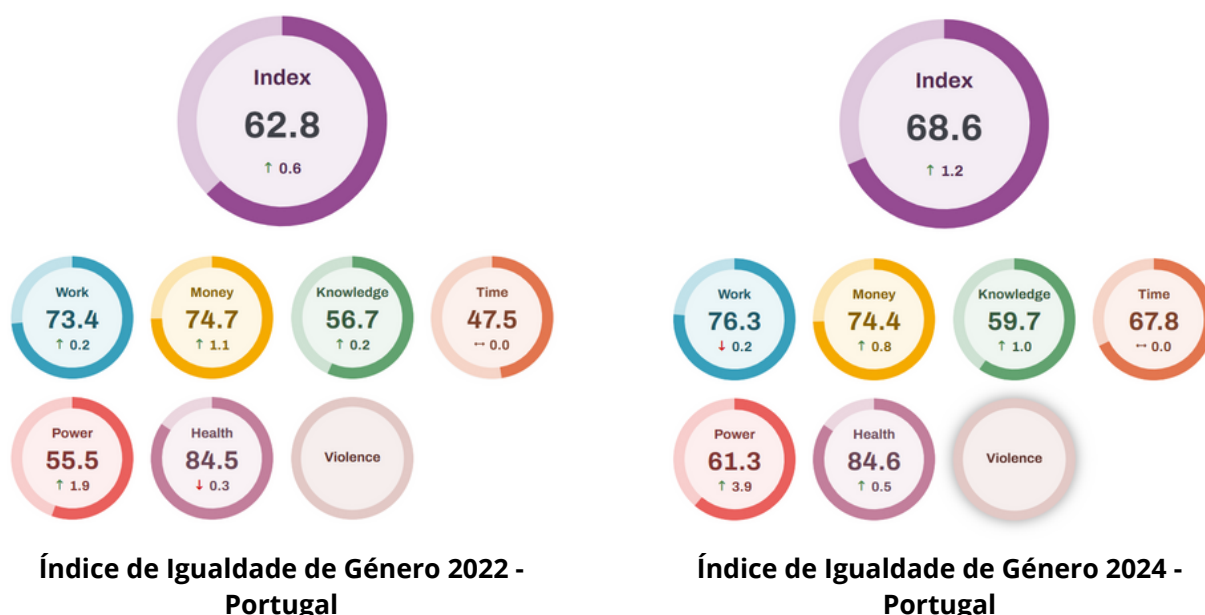
REALIZA-TE	Um programa de base territorial que visa promover o sucesso escolar, a equidade social, o emprego e a igualdade de oportunidades para crianças e jovens. A publicação “Inês, a Inventora de Profissões”, desenvolvida no âmbito deste programa, constitui uma ferramenta pedagógica para a exploração do papel dos estereótipos na aprendizagem e nas escolhas profissionais junto de estudantes do 1.º ao 4.º ano de escolaridade. Desde 2017, o programa Realiza.te tem contribuído de forma significativa para a redução do abandono escolar precoce na Região de Coimbra, registando uma diminuição de 14% para 3% ao longo desse período.
AS MULHERES E OS LUGARES	Uma rota por 17 dos 19 municípios que oferece uma nova perspetiva sobre o território e o património da Região de Coimbra, a partir de mulheres consagradas pela história ou pela lenda, de diferentes origens, que se encontram associadas a diversos lugares da Região de Coimbra.
MULHERES DO CORO DA FÁBRICA	Um projeto dedicado à preservação da identidade histórica em Coimbra, centrado no trabalho das mulheres nas fábricas têxteis.
INTERCÂMBIO CULTURAL	Uma bolsa para artistas mulheres dos 19 municípios para o intercâmbio de arte e artesanato entre os municípios da região.
UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE	Dezanove carrinhas elétricas equipadas com um consultório médico que oferecem serviços médicos no local (por exemplo, vacinas, check-ups, receitas médicas) em áreas rurais. Este serviço é muito utilizado pela população rural idosa, da qual a maioria são mulheres idosas.
SIT FLEXI	Um projeto-piloto iniciado em 2020 com o objetivo de colmatar lacunas no acesso ao transporte público. Esta solução de transporte flexível e a pedido serve atualmente 18 dos 19 municípios da Região de Coimbra. As reservas são efetuadas por via telefónica, sendo os percursos planeados nos serviços da CIM Região de Coimbra e posteriormente comunicados aos operadores de táxi, permitindo assim ultrapassar barreiras associadas à baixa literacia digital de dois grupos específicos: as populações rurais mais envelhecidas e as/os operadoras/es locais de táxi. As pessoas utilizadoras pagam apenas o valor correspondente a um título de transporte público regular, sendo o remanescente do custo operacional assegurado pela CIM Região de Coimbra através de financiamento nacional dedicado. O projeto procede ainda à recolha sistemática de dados desagregados por género e idade, relativos à finalidade das viagens, duração e destino, complementados por inquéritos regulares para identificação de necessidades e melhoria contínua do serviço.

A nível nacional, estas atividades articulam-se com as seguintes prioridades da estratégia Portugal 2030:

- **Demografia, Qualificações e Inclusão** (5,7 mil milhões de euros), que integra intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, da educação e da formação profissional e superior, do combate à privação material, da inclusão social e da promoção da igualdade de oportunidades. Estas intervenções contribuem, de forma integrada, para responder ao desafio demográfico, assegurando quase na totalidade o cumprimento do objetivo Portugal + Social.
- **Inovação e Transição Digital** (3,9 mil milhões de euros), que contempla, entre outras medidas, o apoio a trabalhadoras/es e empresas nos processos de adaptação à mudança, promovendo a inovação, a modernização e a competitividade da economia.

Desde o início da rede, Portugal mantém a **15.ª posição** no **Índice de Igualdade de Género da União Europeia**. Ainda assim, em 2024, o país registou uma melhoria significativa, com um aumento de 5,8 pontos face a 2022. Com 68,6 pontos em 100, Portugal continua, contudo, 1,4 pontos abaixo da média da União Europeia. O domínio que apresentou a evolução mais expressiva foi o “Tempo”, com um aumento de 20,3 pontos, impulsionado sobretudo pelo subdomínio das atividades sociais. Em contrapartida, registaram-se retrocessos no domínio do “Dinheiro”, evidenciando a persistência de desigualdades económicas de género.

Desde 2020, a pontuação de Portugal aumentou 7,3 pontos, posicionando o país entre os Estados-Membros com maior progresso neste período, embora subsistam desafios estruturais que justificam a continuidade e o reforço das políticas de igualdade.



1.2 O NOSSO DESAFIO POLÍTICO E ANÁLISE DO PROBLEMA

1.2.1 O Desafio Regional da Integração da Perspetiva de Género

O desafio de política pública a enfrentar pela Região de Coimbra consiste no desenvolvimento e implementação de um plano regional de integração da perspectiva de género, aplicável de forma transversal a toda a organização. Em concreto, a região pretende refletir e atuar sobre responsabilidades, estruturas, culturas organizacionais e instrumentos que permitam integrar e normalizar a igualdade de género enquanto princípio fundamental de todas as políticas e ações desenvolvidas no território.

Este desafio implica igualmente a definição de métricas, indicadores e mecanismos de acompanhamento e avaliação, bem como o desenvolvimento de instrumentos que assegurem a efetiva implementação das medidas nos diferentes serviços e departamentos, incluindo sistemas de incentivo e de responsabilização que promovam o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Este processo pressupõe uma compreensão holística do género e dos estereótipos de género, que vá além da focalização exclusiva em raparigas e mulheres, integrando igualmente rapazes e homens. Inclui, nomeadamente, dimensões como a parentalidade e a paternidade, a promoção de masculinidades saudáveis e o reconhecimento dos homens enquanto possíveis vítimas de violência nas relações de intimidade.

Paralelamente, será dada especial atenção à integração de diferentes contextos culturais, com normas e vivências distintas, adotando uma abordagem interseccional, bem como às diferenças de necessidades entre territórios mais urbanos e mais rurais. Os temas inicialmente previstos para o plano regional de integração da perspectiva de género incluíram a educação, o envelhecimento, a saúde, o acesso à cultura, em particular em áreas rurais e mais remotas, enquanto instrumento de inclusão, a mobilidade, os serviços públicos de âmbito cultural (como as bibliotecas), a contratação pública, a segurança no espaço público e a violência nas relações de intimidade.

1.2.2. Composição do Grupo Local URBACT e Modelo de Governação

O **Grupo de Ação Local URBACT da CIM Região de Coimbra** integra representantes das seguintes organizações e equipas:

 CIM RC COMUNIDADE INTERMUNICIPAL REGIÃO DE COIMBRA	Nome	Posição	Breve Descrição
	Paula Silvestre	Diretora de Serviços	Comunidade intermunicipal composta por 19 municípios que formam a Região de Coimbra. A CIM RC baseia a sua abordagem ao desenvolvimento regional numa estratégia supra-municipal que, respeitando a autonomia política de cada município, permite uma intervenção mais forte nos agentes económicos, sociais e culturais, com o objetivo de valorizar a Região e afirmá-la no contexto nacional.
	Vera Lopes	Técnico Responsável	
 FEUC Faculdade de Economia Universidade de Coimbra FEUC-UC CES Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra CES-UC	Nome	Posição	Breve Descrição
	Rosa Monteiro	Investigadora e Coordenadora do ULG	A Faculdade de Economia (FEUC), criada em 1972, é uma das oito faculdades que compõem a Universidade de Coimbra. O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra é uma instituição científica dedicada à investigação e à formação avançada nas áreas das Ciências Sociais, das Artes e das Humanidades, através de uma abordagem inter e transdisciplinar.
 Caritas Diocesana de COIMBRA CARITAS COIMBRA	Nome	Posição	Breve Descrição
	Andrea Campos	Coordenador do Departamento de Inovação	A Caritas Diocesana de Coimbra é uma organização social sem fins lucrativos (ONG) que apoia pessoas e comunidades em cinco distritos da Região Centro de Portugal.

Plano de Ação Integrado

 INSTITUTO PEDRO NUNES	Nome	Posição	Breve Descrição
	Carla Duarte	Gerente de Inovação	O Instituto Pedro Nunes é uma organização privada sem fins lucrativos que promove a inovação e a transferência de tecnologia, estabelecendo a ligação entre o meio científico e tecnológico e o setor produtivo.
 REITORIA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Nome	Posição	Breve Descrição
	Cristina Albuquerque	Vice-Reitora	A Universidade de Coimbra é uma instituição dedicada à criação, análise crítica, transferência e divulgação da cultura, ciência e tecnologia. Através da investigação, do ensino e da prestação de serviços à comunidade, contribui para o desenvolvimento económico e social, a proteção ambiental, a promoção da justiça social e de uma sociedade informada e responsável, bem como para a consolidação da soberania baseada no conhecimento.
	Miguel Carvalho	Assessor do Gabinete do Reitor	
 CCDR I.P. - UNIDADE ORGÂNICA DE CULTURA	Nome	Posição	Breve Descrição
	Sandra Lopes	Chefe da Divisão de Promoção Cultural	CCDR, I.P. É um instituto público com autonomia, responsável pela definição e execução de estratégias de desenvolvimento regional. As suas funções incluem a articulação de políticas públicas em várias áreas, a gestão da política de coesão em programas de cooperação regional e europeia, com vista ao desenvolvimento dos territórios sob a sua jurisdição e ao apoio técnico às autarquias locais e suas associações.
 AGEING@COIMBRA	Nome	Posição	Breve Descrição
	Ângela Freitas	Doutorando em Geografia da Saúde	O Aging@Coimbra visa valorizar o papel dos idosos na sociedade e a aplicação de boas práticas em prol do seu bem-estar geral e de um envelhecimento ativo e saudável. Este consórcio, coordenado pela Universidade de Coimbra, da qual é membro fundador, tem como parceiros institucionais a Câmara Municipal de Coimbra, o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, a Administração Regional de Saúde do Centro e o Instituto Pedro Nunes.
	João Malva	Coordenador	
 ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA (IPC)	Nome	Posição	Breve Descrição
	Sara Guerra	Professor, Grupo de Investigação LGBTQI, Envelhecimento e Inovação	A Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) é uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Coimbra - IPC que desenvolve as suas atividades formativas, principalmente, nas áreas da Educação, Artes e Multimédia e Comunicação e Turismo.
 CM MONTE-MOR-O-VELHO	Nome	Posição	Breve Descrição
	Diana Andrade	Vareadora	Como órgão executivo do município, a Câmara Municipal é responsável pela gestão quotidiana e pelo planeamento da orientação do município. Na nossa ULG, Montemor-o-Velho representa todas as 19 Equipas para a Igualdade na Vida Local.
 FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Nome	Posição	Breve Descrição
	Madalena Duarte	Vice-diretor	A Faculdade de Economia (FEUC), criada em 1972, é uma das oito faculdades que compõem a Universidade de Coimbra.

 Associação Portuguesa de Demografia ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEMOGRAFIA	Nome	Posição	Breve Descrição
	Paulo Machado	Presidente	Organização dedicada à promoção do estudo e discussão de questões demográficas em Portugal. Centra-se na investigação, divulgação e debate sobre temas como dinâmica populacional, taxas de natalidade, envelhecimento, migração, mobilidade e políticas públicas relacionadas com a demografia.

O Grupo de Ação Local URBACT (ULG) assume-se como um espaço de reflexão e planeamento, reunindo entidades chave de diferentes setores, com o objetivo de assegurar uma abordagem holística, integrada e colaborativa aos desafios abordados pelo projeto. A seleção destas entidades baseou-se na sua experiência, capacidade de influência e contributo para a implementação bem-sucedida do plano de ação, promovendo o desenvolvimento regional, a inovação, a inclusão social e o alinhamento das políticas públicas.

1.2.3. Mapeamento de Necessidades, Diagnósticos Locais e Áreas de Intervenção

Desde o início da rede, o Grupo de Ação Local URBACT realizou cinco reuniões, presenciais e online. O trabalho iniciou-se com um processo de cocriação, que teve como objetivos, numa primeira fase, identificar as áreas mais problemáticas a abordar e, numa segunda fase, aprofundar os principais desafios existentes em cada uma dessas áreas.

As pessoas e entidades integrantes do ULG foram igualmente convidadas a identificar soluções, recursos e projetos já aprovados ou em curso, com o propósito de obter uma visão alargada do que já foi desenvolvido e demonstrou resultados positivos. As áreas inicialmente identificadas foram: Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias; Desporto e Cultura; Planeamento Urbano e Segurança; Educação; e Desigualdades.

Posteriormente, estas áreas iniciais foram reavaliadas e reorganizadas através de um novo processo de cocriação entre os membros do ULG, dando origem a uma lista reformulada que passou a constituir os eixos de intervenção do Plano de Ação Integrado (IAP).

Os temas de intervenção, até ao momento, são:

- 1. CAPACITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES (ESPECIALMENTE MUNICÍPIOS)**
- 2. COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO**
- 3. EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS**
- 4. PLANEAMENTO URBANO E SEGURANÇA**
- 5. DESPORTO E CULTURA**
- 6. ESTRUTURAS E REDES DE APOIO À FAMÍLIA E CONCILIAÇÃO**
- 7. EDUCAÇÃO FORMAL**

Em paralelo com esta reformulação, o ULG desenvolveu um instrumento de recolha de informação com o objetivo de identificar os principais problemas em curso nos municípios no domínio da igualdade de género, bem como soluções existentes (boas práticas, políticas públicas, programas, guias, entre outros) e as necessidades prioritárias de capacitação municipal associadas aos sete temas de intervenção definidos. O objetivo foi valorizar o trabalho já realizado ou em desenvolvimento, evitando a duplicação de esforços e garantindo que a estratégia regional se baseasse em conhecimento e experiências já existentes no território.

Este instrumento foi disseminado junto das Equipas para a Igualdade na Vida Local (EIVL) de cada município, equipas nomeadas pelas/os Presidentes das Câmaras Municipais, com competências na proposta, conceção, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das medidas e ações previstas nos Planos Municipais para a Igualdade e a Não Discriminação, bem como junto das entidades integrantes do ULG.

A recolha sistemática de problemas, soluções e necessidades reais nestas áreas de intervenção permitiu à Região de Coimbra obter uma visão mais abrangente sobre o que tem funcionado e sobre os desafios que permanecem por responder, criando uma base sólida para a definição de uma estratégia regional. Com base na informação recolhida, o ULG elaborou um segundo documento contendo um conjunto de possíveis soluções e ações a implementar, o qual voltou a circular junto das EIVL e das pessoas e entidades membros do ULG, permitindo que cada município identificasse as ações e soluções em que teria interesse em participar ou desenvolver.

Adicionalmente, ao longo do tempo, o ULG procurou desenvolver outras iniciativas complementares.

No âmbito das comemorações do Dia Municipal para a Igualdade, assinalado a 24 de outubro, o ULG concebeu uma campanha online destinada a divulgar dados quantitativos sobre a presença das mulheres em cargos de governação local. Esta campanha foi partilhada de forma articulada pelos 19 municípios da Região de Coimbra, reforçando uma mensagem comum de sensibilização e compromisso com a promoção da igualdade de género.

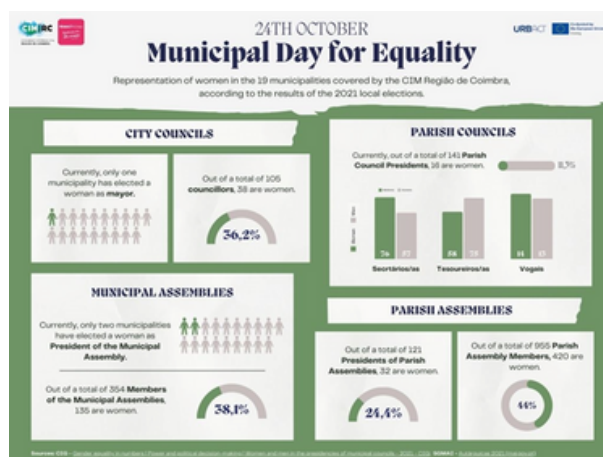


Figure 1 - Infografia que apresenta a representação das mulheres nos órgãos do poder local dos 19 municípios, com base nos resultados das eleições autárquicas de 2021.

Influenciado pelas práticas partilhadas nos encontros transnacionais, o ULG definiu como prioridade o reforço dos instrumentos de informação e apoio dirigidos a crianças e jovens em situação de risco de violência.

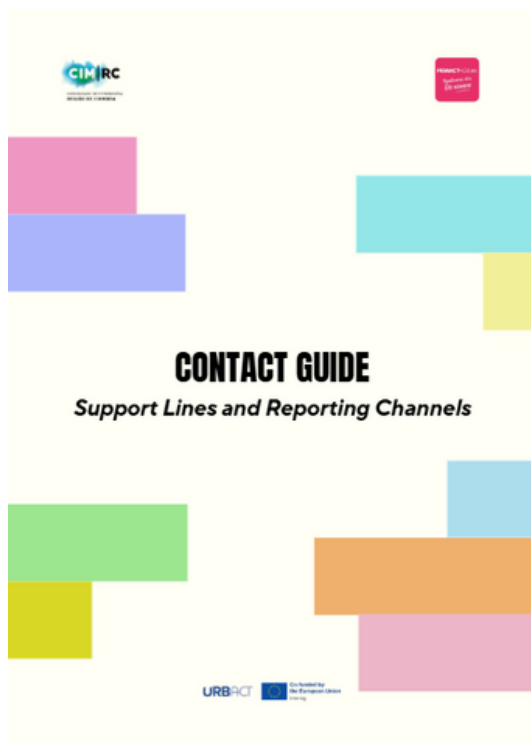


Figura 2 — Guia de contacto: linhas de apoio e canais de comunicação

Como resultado, a CIM Região de Coimbra desenvolveu um “Guia de Linhas de Apoio e Canais de Denúncia”, em formato bilingue, concebido como um recurso acessível para escolas, famílias, profissionais da área da educação, serviços sociais e todas as pessoas que contactam regularmente com crianças e jovens.

O guia reúne linhas de apoio nacionais e regionais, mecanismos de denúncia e fontes de informação fiáveis sobre diversas formas de violência e discriminação. Cada tema inclui uma breve explicação do problema, sinais de alerta, orientações sobre como apoiar potenciais vítimas e indicações sobre como e onde efetuar uma denúncia de forma segura.

O guia será distribuído por 282 escolas, 19 bibliotecas municipais e 19 municípios, assegurando um acesso alargado a informação essencial de apoio em todo o território.

Adicionalmente, o ULG encontra-se a preparar uma campanha regional de sensibilização sobre todas as formas de violência que afetam crianças e jovens. Esta campanha irá reforçar as mensagens-chave do guia, promover comportamentos seguros de denúncia e fortalecer a compreensão pública sobre a prevenção da violência, através das escolas, das redes juvenis e das comunidades locais.



Figura 3 — Campanha de Sensibilização sobre Relações Saudáveis

1.3 FOCO DA IAP

Conforme anteriormente referido, o principal objetivo que a Região de Coimbra pretende alcançar consiste no desenvolvimento e implementação de um plano regional de integração da perspetiva de género, aplicável de forma transversal a toda a organização, ao longo dos próximos cinco anos. O enfoque do Plano de Ação Integrado centra-se na construção desta estratégia regional, estruturada em torno dos sete eixos de intervenção selecionados pelo ULG: Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias; Planeamento Urbano e Segurança; Desporto e Cultura; Comunicação e Conhecimento; Estruturas e Redes de Apoio às Famílias e Conciliação; Educação Formal; e Capacitação dos Municípios.

Os resultados do levantamento de boas práticas, soluções existentes e necessidades reais nos diferentes eixos de intervenção demonstraram de forma clara a importância e a necessidade da existência desta estratégia regional. A informação recolhida junto das Equipas para a Igualdade na Vida Local (EIVL) evidenciou que, embora todos os municípios disponham de Planos Municipais para a Igualdade e a Não Discriminação, a sua implementação tem enfrentado dificuldades significativas. Verificou-se, em particular, a necessidade de reforçar a capacitação para a execução e monitorização destes planos, de forma a garantir a sua efetiva concretização, bem como a importância de ultrapassar resistências à mudança e a escassez de recursos adequados e devidamente afetos a estas políticas.

Acresce ainda que, em todos os eixos de intervenção, foram identificados de forma consistente um conjunto de problemas transversais, nomeadamente:

ÁREA DE INTERVENÇÃO	PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
CAPACITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES	- Falta de recursos e capacitação técnica. - Falta de políticas de igualdade de género nas organizações. - Resistência à mudança. - Uso generalizado insuficiente de linguagem inclusiva. - Baixa participação da comunidade no processo de tomada de decisões em torno da igualdade de género.
COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO	- Sub-representação/baixa visibilidade das mulheres. - Necessidade de aumentar a sensibilização para as questões de igualdade. - Dados insuficientes desagregados por sexo. - Estereótipos de género na comunicação e nos meios de comunicação social.
EMPREENDEADORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS	- Sub-representação de mulheres e raparigas nas áreas da inovação e tecnologia. - Falta de apoio ao empreendedorismo feminino, dificuldade de acesso a financiamento, redes de apoio e recursos.
PLANEAMENTO URBANO E SEGURANÇA	- Transporte público insuficiente. - Insegurança no espaço público devido às características físicas. - Desigualdade/dificuldade no acesso à infraestrutura urbana. - Persistência da violência contra as mulheres.

DESPORTO E CULTURA	• Acesso e participação desiguais nos desportos. • Falta de apoio às atividades desportivas femininas. • Sub-representação feminina nas atividades culturais e no protagonismo artístico.
ESTRUTURAS E REDES DE APOIO FAMILIAR E CONCILIAÇÃO	• Ausência de equipamentos sociais/respostas às famílias adaptadas às suas necessidades. • Conciliação entre vida profissional e pessoal. • Falta de informação disponível sobre as respostas oferecidas pelos municípios. • Respostas em matéria de habitação.
EDUCAÇÃO FORMAL	• Condicionamento das escolhas profissionais/educacionais. • Falta de formação/informação. • Sub-representação de género em determinadas profissões.

O passo seguinte consistiu em sistematizar as respostas recolhidas junto das EIVL e das entidades integrantes do ULG, através da elaboração de uma lista síntese de problemas, ações e recursos. Esta lista foi posteriormente redistribuída pelas EIVL e pelos membros do ULG, permitindo que todas as entidades pudessem priorizar, através de um processo de votação, as ações em que manifestavam maior interesse em participar ou implementar. A lógica subjacente a este exercício foi reduzir o número de problemas e ações inicialmente identificados, excluindo do plano aquelas que obtiveram menor adesão e avançando para um planeamento mais detalhado das ações mais votadas. Este processo de priorização revelou-se essencial para garantir que o plano fosse exequível, focado e alinhado com as necessidades reais dos municípios.

Com este Plano, a Região de Coimbra pretende:

- Desenvolver ações de formação de carácter transversal, assentes na identificação de necessidades concretas dos diferentes agentes municipais, permitindo a profissionais e decisoras/es locais responder aos desafios associados à resistência à igualdade de género e a discursos antigénero, às limitações de recursos e às dificuldades de mobilização e participação das populações;
- Implementar intervenções setoriais nos domínios da integração da perspectiva de género identificados pelos próprios municípios, nomeadamente: comunicação e conhecimento; empreendedorismo; inovação e tecnologias; planeamento urbano e segurança; desporto e cultura; estruturas e redes de apoio às famílias e conciliação; e educação formal.



**TODOS OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE COIMBRA
INTEGRAM DE FORMA EFETIVA A PERSPETIVA DE GÉNERO
EM TODAS AS SUAS POLÍTICAS, SERVIÇOS E AÇÕES.**

Seguindo a lógica de valorizar e capitalizar todo o trabalho já desenvolvido nesta temática, o ULG fundamentou a sua reflexão para a definição da Visão Global. Este projeto permitiu a criação de um conjunto de metodologias e ferramentas orientadas para a promoção da igualdade de género e da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar nos municípios, incluindo instrumentos concebidos, testados e validados em diferentes áreas de intervenção.

2. LÓGICA GERAL E ABORDAGEM INTEGRADA

2.1 OBJETIVOS PRINCIPAIS

2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES

2.3 AÇÕES DE TESTE

2.3.1. Reforço da Visibilidade das Mulheres no Poder Local

2.3.2. Segurança Urbana no Espaço Público

**LÓGICA GERAL
ABORDAGEM
INTEGRADA**

2.1 OBJETIVOS PRINCIPAIS



**TODOS OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE COIMBRA
INTEGRAM DE FORMA EFETIVA A PERSPETIVA DE GÉNERO
EM TODAS AS SUAS POLÍTICAS, SERVIÇOS E AÇÕES.**

Para concretizar a nossa visão global, foram identificados 7 objetivos fundamentais:

- OBJ 1** **REFORÇAR AS CONDIÇÕES PARA O EMPREENDEDORISMO FEMININO**
- OBJ 2** **PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO NAS POLÍTICAS DE TRANSPORTE/MOBILIDADE E PLANEAMENTO URBANO**
- OBJ 3** **REFORÇAR A CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO E DE PREVENÇÃO, A NÍVEL REGIONAL, NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E À VIOLÊNCIA DE GÉNERO**
- OBJ 4** **MELHORAR A CAPACIDADE DE DIAGNOSTICAR E DESENVOLVER ESTRATÉGIAS DESTINADAS A REFORÇAR O APOIO ÀS NECESSIDADES DE CUIDADOS E AO EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL ATRAVÉS DOS MUNICÍPIOS E DAS SUAS REDES.**
- OBJ 5** **AUMENTAR O RECONHECIMENTO E A VISIBILIDADE DAS MULHERES**
- OBJ 6** **PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A NÃO VIOLÊNCIA NAS ESTRUTURAS E REDES EDUCATIVAS DA CIM REGIÃO DE COIMBRA**
- OBJ 7** **CAPACITAR AS ORGANIZAÇÕES PARA INTEGRAR A PERSPETIVA DE GÉNERO NAS SUAS ATIVIDADES ATRAVÉS DE REDES PARTICIPATIVAS**

2.2 IDENTIFICAR AS AÇÕES

Com base nos objetivos estratégicos definidos, o ULG identificou 8 ações:

- AÇÃO 1** LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE APOIO A MULHERES EMPREENDEDORAS.
- AÇÃO 2** CAPACITAÇÃO DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELO PLANEAMENTO URBANO E POLÍTICAS DE MOBILIDADE, PARA UM PLANEAMENTO URBANO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE GÉNERO.
- AÇÃO 3** DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES/RECURSOS SOBRE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO A NÍVEL REGIONAL E FORMAÇÃO DE AGENTES NO TERRENO.
- AÇÃO 4** AÇÕES DE FORMAÇÃO RELACIONADAS COM ESTRUTURAS DE APOIO À FAMÍLIA E EQUILÍBRIO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL
- AÇÃO 5** CRIAÇÃO DE INICIATIVAS PARA RECONHECER E REFORÇAR A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES EM VÁRIOS DOMÍNIOS NA REGIÃO
- AÇÃO 6** REGULAMENTAR MODELOS DE EVENTOS COMUNITÁRIOS QUE INCLUAM A PARTICIPAÇÃO IGUALITÁRIA DE HOMENS E MULHERES E PROIBIR DESIGUALDADES COM BASE NO GÉNERO NA ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS
- AÇÃO 7** TRABALHO EM REDE PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E A CRIAÇÃO DE MATERIAIS E PEDAGOGIAS COM UMA PERSPETIVA DE GÉNERO
- AÇÃO 8** REFORÇO DAS EQUIPAS PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL ATRAVÉS DO TRABALHO EM REDE E DA PARTILHA DE MATERIAIS E RECURSOS

COMO TUDO SE ARTICULA:

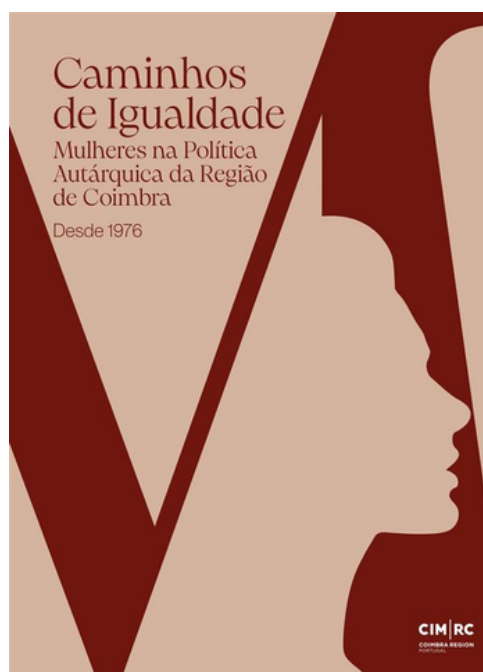
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS CHAVE	AÇÕES	VISÃO GLOBAL
EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS	OBJ 1	AÇÃO 1	TODOS OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE COIMBRA INTEGRAM DE FORMA EFETIVA A PERSPETIVA DE GÉNERO EM TODAS AS SUAS POLÍTICAS, SERVIÇOS E AÇÕES.
PLANEAMENTO URBANO E SEGURANÇA	OBJ 2	AÇÃO 2	
	OBJ 3	AÇÃO 3	
ESTRUTURAS E REDES DE APOIO FAMILIAR E CONCILIAÇÃO	OBJ 4	AÇÃO 4	
COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO	OBJ 5	AÇÃO 5	
DESPORTO E CULTURA		AÇÃO 6	
EDUCAÇÃO FORMAL	OBJ 6	AÇÃO 7	
CAPACITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES	OBJ 7	AÇÃO 8	

2.3 AÇÕES TESTE

Das reuniões do ULG resultaram duas possíveis ações piloto: uma orientada para a falta de visibilidade das mulheres em posições de poder no governo local e nas instituições, e outra centrada nos desafios da insegurança e da prevenção da violência no espaço público. Em resposta, a CIM Região de Coimbra delineou duas ações piloto correspondentes: uma dedicada ao reforço da visibilidade das mulheres em cargos de liderança pública e outra orientada para enfrentar os desafios da segurança e fortalecer a prevenção da violência no espaço público.

2.3.1. Reforço da Visibilidade das Mulheres no Poder Local

Para a primeira ação piloto, o problema identificado foi a falta de visibilidade das mulheres em posições de poder no governo local. As mulheres tendem a ocupar funções com reduzida projeção pública nos municípios e continuam a estar fortemente sub-representadas em cargos de liderança e de tomada de decisão (por exemplo, dos 19 municípios da região, apenas três contam atualmente com uma mulher a exercer a presidência da câmara municipal). Para responder a esta realidade, a solução passou por valorizar modelos inspiradores de mulheres que, ao longo do tempo, contribuíram para a governação local. Assim, a ação planeada centrou-se na recolha e sistematização de informação sobre as principais figuras femininas envolvidas no exercício do poder local nos 19 municípios, ao longo dos últimos 50 anos.



Este período temporal foi selecionado em articulação com a comemoração dos 50 anos da Revolução de Abril, um marco simbólico fundamental para a restauração da democracia em Portugal e para o avanço da participação cívica e política das mulheres.

O principal produto desta ação-piloto é a publicação de um livro digital que reúne os percursos, conquistas e contributos destas mulheres, complementado por reflexões sobre o futuro da participação política e da igualdade de género na governação local. A opção pelo formato e-book permite a sua atualização periódica, nomeadamente após a realização de eleições autárquicas, assegurando a sua relevância ao longo do tempo e consolidando-o como um repositório vivo da participação das mulheres no poder local.

Figura 4 — Capa do e-book “Caminhos de Igualdade: Mulheres na Política Local na Região de Coimbra desde 1976”

No âmbito da disseminação deste trabalho, a CIM Região de Coimbra está a organizar o evento **“Mesa-Redonda: Mulheres e Participação Política”**, que terá lugar no dia 16 de dezembro de 2025, entre as 14h30 e as 17h30, na Casa Amarela, no município de Miranda do Corvo. Esta mesa-redonda reunirá mulheres líderes e especialistas para debater o papel das mulheres na política, partilhar experiências de diferentes gerações e refletir sobre a evolução da participação feminina na vida pública ao longo das últimas cinco décadas. O evento foi concebido simultaneamente para a apresentação pública do e-book e para a promoção de um debate alargado sobre os desafios e conquistas que têm marcado o envolvimento das mulheres nos processos de decisão política.

Ao criar um espaço de diálogo e reconhecimento, esta ação-piloto contribui para o reforço da consciencialização pública sobre o papel das mulheres na governação e para a inspiração de um maior envolvimento cívico e político a nível municipal e regional.



Figura 5 — Banner promocional do evento “Mesa-Redonda: Mulheres e Participação Política”, realizado a 16 de dezembro de 2025, em Miranda do Corvo, organizado pela CIM Região de Coimbra.

2.3.2. Segurança Urbana no Espaço Público

A segunda ação-piloto centra-se na abordagem da insegurança nos espaços públicos, que afeta de forma particular as mulheres. Estudos e diagnósticos locais demonstram que a percepção de insegurança tem um impacto significativo na mobilidade das mulheres, na utilização do espaço público e na sua participação na vida urbana, reforçando a necessidade de uma abordagem estruturada e sensível à perspectiva de género no domínio da segurança urbana.

Numa fase inicial, estava prevista a parceria com uma entidade tecnológica capaz de cocriar ferramentas inovadoras, explorando a utilização de tecnologias de observação da Terra para monitorizar a iluminação pública durante a noite, identificar zonas com falhas de iluminação e cruzar essa informação com áreas percecionadas como inseguras. O objetivo de longo prazo passava pelo desenvolvimento de um instrumento de apoio à criação de ambientes urbanos mais seguros e inclusivos. Contudo, devido a constrangimentos financeiros, esta versão da ação piloto não foi possível de concretizar.

Ainda assim, a CIM Região de Coimbra manteve o compromisso de intervir na problemática da insegurança no espaço público. Nesse sentido, a ação-piloto foi reformulada, de modo a assegurar um impacto significativo dentro dos recursos disponíveis, passando a centrar-se no reforço da capacitação municipal e interinstitucional, através de formação especializada.

Como resultado, a CIM Região de Coimbra está a organizar a **formação certificada “Segurança Urbana”**, que terá lugar no dia 10 de dezembro de 2025, entre as 10h00 e as 16h00, nas instalações da CIM Região de Coimbra, em Coimbra. Esta formação destina-se a profissionais com intervenção nas áreas da segurança urbana e do planeamento, incluindo técnicas/os municipais, forças de segurança, urbanistas, arquitetas/os, profissionais da proteção civil e da área social. O programa promove uma compreensão integrada e multidisciplinar da segurança urbana, colocando particular ênfase em abordagens sensíveis à perspetiva de género.

Com a implementação desta sessão piloto de formação, a Região de Coimbra pretende:

- » **Introduzir os princípios do CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design)** e a sua aplicação na gestão e qualificação do espaço público;
- » **Reforçar a capacidade técnica das equipas municipais** e das forças de segurança para a avaliação e melhoria da segurança urbana;
- » **Promover uma abordagem multidisciplinar e sensível à perspetiva de género** no planeamento e na gestão da segurança urbana.

Através desta formação, a CIM Região de Coimbra pretende sensibilizar as equipas técnicas municipais e as forças de segurança, reforçar a capacidade técnica para o desenho, planeamento e gestão de espaços públicos mais seguros, e estimular a colaboração entre os setores do planeamento, da segurança e da governação.

Esta ação piloto deverá servir como modelo para futura replicação noutros municípios da região e constituirá a base para o desenvolvimento de estratégias de longo prazo, assegurando que as preocupações com a segurança, em particular aquelas que afetam as mulheres, sejam integradas de forma sistemática nas políticas de planeamento urbano e de gestão do espaço público em toda a Região de Coimbra.

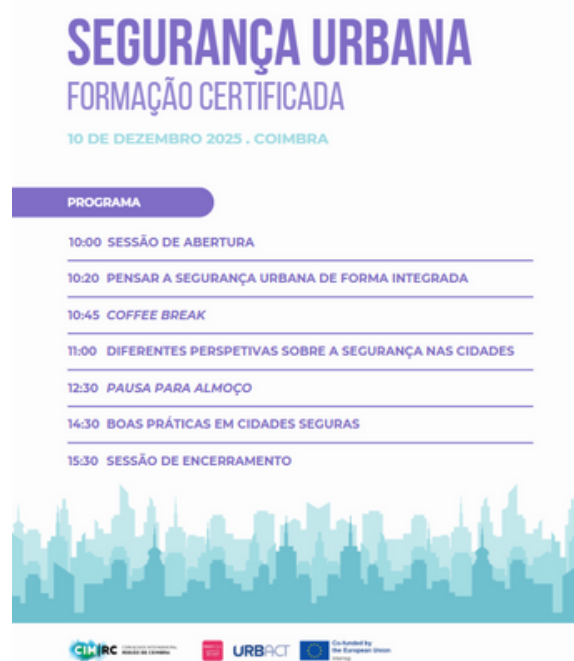


Figura 6 — Banner promocional da sessão de formação certificada “Segurança Urbana”, realizada a 10 de dezembro de 2025, na CIM Região de Coimbra.

3. DETALHES DO PLANO DAS AÇÕES

3.1. PROCESSO DE PLANEAMENTO DAS AÇÕES

- 3.1.1 Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias
- 3.1.2. Planeamento Urbano e Segurança
- 3.1.3. Estruturas e Redes de Apoio às Famílias e Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar
- 3.1.4. Comunicação e Conhecimento
- 3.1.5. Desporto e Cultura
- 3.1.6. Educação Formal
- 3.1.7. Capacitação das Organizações

3.2. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

DETALHES
PLANO
AÇÃO

3.1. PROCESSO DE PLANEAMENTO DAS AÇÕES

Após a definição dos objetivos estratégicos e a identificação das oito ações que estruturam o presente Plano de Ação Integrado, a CIM Região de Coimbra deu início a um processo de planeamento das ações detalhado e participado, envolvendo as entidades integrantes do ULG e as Equipas para a Igualdade na Vida Local (EIVL) dos municípios da região. Esta fase teve como finalidade operacionalizar as ações estratégicas, traduzindo-as em atividades concretas, exequíveis e ajustadas às realidades locais, a implementar tanto ao nível municipal como intermunicipal.

EQUIPAS PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL

Criadas no âmbito do Protocolo para a Igualdade e a Não Discriminação — Nova Geração, celebrado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e os municípios aderentes, estas equipas são nomeadas pela/o Presidente da Câmara Municipal e têm como competências propor, conceber, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as medidas previstas no Plano Municipal para a Igualdade. O seu trabalho contribui diretamente para a concretização territorial da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018–2030 “Portugal + Igual” (ENIND).

Na Região de Coimbra, onze municípios integram formalmente este enquadramento nacional. Os restantes municípios dispõem de estruturas equivalentes, criadas no âmbito do projeto regional “Região de Coimbra com Igualdade”, que permitiu a elaboração de Planos para a Igualdade e a Não Discriminação em todos os 19 municípios e o reforço das capacidades locais para a integração da perspectiva de género.

As entidades integrantes do ULG e as EIVL foram convidadas a identificar atividades específicas correspondentes às oito ações definidas na Secção 2. Estas atividades refletem as prioridades, capacidades e compromissos já assumidos pelos municípios. Em paralelo, a CIM Região de Coimbra e os restantes membros do ULG identificaram ações a implementar à escala regional, assegurando coerência, complementaridade e um impacto articulado em todo o território. Esta abordagem dupla (local e regional) reforça o carácter integrado do plano e reflete o modelo de governação colaborativa que sustenta o projeto.

Nas páginas seguintes apresentam-se as Tabelas de Ação detalhadas relativas a cada uma das oito ações. Para cada ação, as tabelas identificam as atividades específicas a desenvolver, as partes interessadas a envolver, os recursos necessários, os resultados esperados, bem como os riscos associados à implementação e as respetivas medidas de mitigação.

Em conjunto, estes elementos constituem um roteiro operacional claro, garantindo que cada ação está não só alinhada com os objetivos estratégicos e a visão do IAP, mas também ancorada nas necessidades reais e nas capacidades efetivas dos municípios e das entidades parceiras a nível regional.

3.1.1 Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias

AÇÃO 1	OBJETIVO	MATURIDADE DA AÇÃO		
Lançamento e divulgação de programas de apoio ao empreendedorismo feminino	Obj.1 - Reforçar as condições para o empreendedorismo feminino	ALTA	MÉDIA	BAIXA
BREVE DESCRIÇÃO		STAKEHOLDERS A ENVOLVER		
As mulheres continuam a estar sub-representadas no empreendedorismo, em particular nos setores da tecnologia, da inovação e de elevado crescimento. Barreiras estruturais, como o acesso limitado ao financiamento, a reduzida visibilidade, redes de apoio mais frágeis e a persistência de enviesamentos de género, continuam a limitar o potencial das iniciativas empresariais lideradas por mulheres na Região de Coimbra. A Ação 1 responde a estes desafios através de uma combinação de medidas de reconhecimento, apoio e capacitação. Esta ação mobiliza os municípios, os ecossistemas empresariais, incubadoras, instituições de ensino superior e entidades da área da igualdade, com o objetivo de criar um ambiente mais favorável ao empreendedorismo feminino. Ao articular visibilidade, desenvolvimento de competências, cooperação intermunicipal e apoio estruturado, a ação pretende reduzir as desigualdades de género, capacitar mulheres empreendedoras e promover um desenvolvimento económico mais inclusivo em toda a Região de Coimbra.		• Equipas para a Igualdade na Vida Local (EIVL) • Associações empresariais locais (AEC, CERC, ACIBA) • Incubadoras e aceleradoras de empresas (IPN, Startup Coimbra, HIESE) • Instituições de ensino superior (Universidade de Coimbra, Politécnico de Coimbra) • Organizações não governamentais e associações de mulheres • Órgãos de comunicação social locais		
		RISCOS		
		• N.º limitado de candidaturas apresentadas por mulheres empreendedoras • Constrangimentos orçamentais • Baixa visibilidade das iniciativas à escala regional • Participação limitada das redes empresariais em municípios de menor dimensão • Níveis de compromisso diferenciados entre os municípios		

AÇÃO 1

LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO FEMININO

ATIVIDADE	IMPLEMENTADOR	RECURSOS	INDICADORES	CRONOGRAMA	INTERESSE NA REPLICAÇÃO
A1.1. Prémio de Empreendedorismo Feminino	Município de Coimbra	Equipa técnica municipal; Júri especializado; Apoio à comunicação; Recursos financeiros: 5 000 € – 8 000 € por edição; Logística do evento	N.º de candidaturas apresentadas; N.º de municípios que replicam a iniciativa; N.º de edições do prémio realizadas por ano; Alcance mediático e visibilidade das ações; N.º de mulheres apoiadas	Em curso Fase 1	Município de Mira
A1.2. Redes de Capacitação de Mulheres Empreendedoras (AMERC)	Município de Pampilhosa da Serra	Formadoras/es especializadas/os; Organizações locais; Recursos financeiros: cerca de 500 € / ano; Comunicação e materiais de apoio	N.º de sessões realizadas por ano; N.º de mulheres participantes; Nível de satisfação superior a 80%; N.º de novas ideias de negócio geradas	Fase 2	Município de Vila Nova de Poiares
A1.3. Capacitação para o Espaço Criativo CULTIVA	Município de Tábua	Formadora/or; Instalações municipais para formação; Custos financeiros reduzidos	N.º de pessoas formandas (meta: 30); N.º de sessões realizadas; Avaliação das/os participantes	Fase 2	-----

3.1.2. Planeamento Urbano e Segurança

AÇÃO 2

Capacitação das/os agentes responsáveis pelas políticas de planeamento urbano e mobilidade para um planeamento urbano sensível à perspetiva de género

OBJETIVO (S)

Obj.2 - Promover a igualdade de género nas políticas de transporte/mobilidade e planeamento urbano

MATURIDADE DA AÇÃO

ALTA

MÉDIA

BAIXA

STAKEHOLDERS A ENVOLVER

- Departamentos técnicos municipais (urbanismo, mobilidade, espaço público, ação social)
- EIVL
- Forças de segurança (PSP, GNR)
- Instituições de ensino
- ONG's e associações com intervenção na prevenção da violência e na promoção da igualdade
- Operadores de transporte e prestadores do serviço SIT FLEXI
- Estruturas de comunicação e de envolvimento comunitário

BREVE DESCRIÇÃO

As mulheres e os homens experienciam as cidades de forma diferente, nomeadamente no que respeita à mobilidade, à utilização do espaço público e às perceções de segurança. As mulheres tendem a recorrer mais ao transporte público, a soluções de mobilidade flexível e à deslocação a pé, estando também mais expostas a situações de insegurança em determinados contextos urbanos. A Ação 2 responde a estes desafios através da integração da igualdade de género nos sistemas de mobilidade, planeamento urbano e segurança em toda a Região de Coimbra.

Esta ação articula capacitação, melhorias operacionais e planeamento estratégico. Ao promover uma atuação coordenada entre os municípios, a CIM Região de Coimbra, as forças de segurança, as universidades e as estruturas locais de igualdade, a Ação 2 visa contribuir para a criação de ambientes urbanos mais seguros, acessíveis e inclusivos. A ação apoia simultaneamente melhorias imediatas (formação, campanhas, ajustamentos aos serviços) e mudanças estruturais de longo prazo (integração de critérios de igualdade nos instrumentos de planeamento urbano e nos sistemas de mobilidade).

RISCOS

- Número limitado de candidaturas apresentadas por mulheres empreendedoras
- Constrangimentos orçamentais para a replicação de prémios e ações de formação
- Baixa visibilidade das iniciativas à escala regional
- Participação limitada das redes empresariais em municípios de menor dimensão
- Níveis de compromisso diferenciados entre os municípios

AÇÃO 2

CAPACITAÇÃO DAS/OS AGENTES RESPONSÁVEIS PELAS POLÍTICAS DE PLANEAMENTO URBANO E DE MOBILIDADE PARA UM PLANEAMENTO URBANO SENSÍVEL À PERSPETIVA DE GÉNERO

ATIVIDADE	IMPLEMENTADOR	RECURSOS	INDICADORES	CRONOGRAMA	INTERESSE NA REPLICAÇÃO
A2.1. Melhoria da mobilidade com integração da perspetiva de género	CIM-RC (Unidade de Transporte)	Humanos: Un. de Mobilidade da CIM; call center; Financeiros: ~ 129 000 € / ano (2024), dos quais ~100 000 € / operadores de táxi, coordenação e gestão do serviço	N.º de utilizadores; Indicadores desagregados por género; N.º de melhorias implementadas no serviço; Níveis de satisfação das pessoas utilizadoras	Em curso Fase 1	-----
A2.2. Formação em segurança urbana (CPTED e espaço público)	CIM-RC	Formadoras/es especializadas/os; Instalações e logística; Recursos financeiros: materiais de formação e custos de certificação	N.º de profissionais formados N.º de municípios envolvidos N.º de recomendações CPTED aplicadas	Fase 1	-----
A2.3. Formação em planeamento urbano inclusivo para equipas técnicas municipais	Municípios de Coimbra /Pampilhosa da Serra	Formadoras/es especializadas/os em planeamento inclusivo; Equipas técnicas (urbanismo, mobilidade); Recursos financeiros: honorários de formação e materiais de apoio	N.º de profissionais formadas/os; N.º de planos que integram critérios sensíveis à perspetiva de género	Fase 2	Municípios de Mira, Soure, Vila Nova de Poiares

AÇÃO 3	OBJETIVO (S)	MATURIDADE DA AÇÃO		
Disseminação e Formação na Prevenção da Violência Doméstica e da Violência de Género	Obj 3 - Reforçar a capacidade de intervenção e de prevenção, a nível regional, no combate à violência doméstica e à violência de género	ALTA	MÉDIA	BAIXA
BREVE DESCRIÇÃO		STAKEHOLDERS A ENVOVER		
A violência doméstica e a violência de género continuam a constituir um desafio crítico em toda a Região de Coimbra, exigindo respostas coordenadas, canais de informação acessíveis e formação especializada para as/os profissionais que intervêm junto de vítimas. A Ação 3 responde a estas necessidades através da conjugação de sensibilização, capacitação, coordenação institucional e disseminação de recursos à escala regional. Ao reforçar a colaboração entre municípios, serviços de apoio, forças de segurança e atores comunitários, a Ação 3 promove a deteção precoce, respostas mais eficazes e a criação de ambientes mais seguros para mulheres e outros grupos em situação de vulnerabilidade. Esta ação contribui diretamente para o fortalecimento dos sistemas regionais de proteção, para o aumento da consciencialização e para a redução da tolerância social face à violência.		• EIVL • Escolas e comunidades educativas • Forças de segurança (PSP e GNR) • APAV — Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, ONG's • Serviços de saúde • Universidades e centros de investigação • Gabinetes de comunicação • CIM Região de Coimbra e redes intermunicipais		
		RISCOS		
		• Envolvimento limitado por parte das instituições e das/os profissionais no terreno • Constrangimentos orçamentais • Dificuldades na articulação entre municípios e forças de segurança • Baixa participação de escolas ou das comunidades locais • Risco de desatualização da informação sobre canais de apoio, caso não seja regularmente revista • Níveis de compromisso diferenciados entre os municípios, conduzindo a uma implementação desigual		

AÇÃO 3
DISSEMINAÇÃO E FORMAÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DA VIOLÊNCIA DE GÉNERO

ATIVIDADE	IMPLEMENTADOR	RECURSOS	INDICADORES	CRONOGRAMA	INTERESSE NA REPLICAÇÃO
A3.1. Campanha de prevenção da violência (jovens)	CIM-RC (campanha online) & Município da Mealhada	• EIVL; • Equipas de comunicação; • Materiais de divulgação; • Recursos financeiros: produção de flyers e cartazes (aprox. 800 €)	• N.º de sessões de sensibilização realizadas • N.º de materiais distribuídos • N.º de cartazes instalados	Fase 1	-----
A3.2. Guia de Linhas de Apoio e Canais de Denúncia para Escolas e Comunidade Educativa	CIM-RC	Humanos: equipa técnica da CIM RC, serviços de design gráfico e impressão. Financeiros: cerca de 790 € + IVA (impressão). Financiamento: orçamento do projeto FEMACT Cities.	650 exemplares impressos distribuídos; 2 versões bilingues (PT + EN) Cobertura de 282 escolas, 19 bibliotecas e 19 municípios N.º de downloads do guia em formato digital	Dez 2025 Fase 1	-----
A3.3. Encontro com Entidades de Apoio às Vítimas	Município de Coimbra	• Especialistas em violência doméstica/de género; Logística; Materiais de apoio • Financiamento: orçamento municipal + financiamento nacional/europeu	• N.º de encontros realizados (meta: ≥ 1 por ano); • N.º de entidades participantes • N.º de profissionais formadas/os	Fase 2	Potencial de replicação em toda a CIM Região de Coimbra
A3.4. Formação em Políticas de Segurança Pública Sensíveis à Perspetiva de Género	Município de Coimbra	• Formadores em planeamento inclusivo • Pessoal técnico (urbanismo, mobilidade) • Financeiro: taxas de formação, materiais	• Número de funcionários formados • Número de planos que integram critérios sensíveis ao género	Fase 2	Potencial de replicação em toda a CIM Região de Coimbra

3.1.3. Estruturas e Redes de Apoio às Famílias e Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar

AÇÃO 4	OBJETIVOS (S)	MATURIDADE DA AÇÃO		
Ações de formação relacionadas com estruturas de apoio à família e equilíbrio entre vida profissional e pessoal	Obj 4 -Melhorar a capacidade de diagnosticar e desenvolver estratégias destinadas a reforçar o apoio às necessidades de cuidados e ao equilíbrio entre a vida profissional e pessoal através dos municípios e das suas redes.	ALTA	MÉDIA	BAIXA
BREVE DESCRIÇÃO		STAKEHOLDERS A ENVOLVER		
As famílias da Região de Coimbra continuam a enfrentar constrangimentos relacionados com a disponibilidade de respostas de acolhimento para a infância, o apoio aos cuidados a pessoas idosas, a rigidez na conciliação entre a vida profissional e pessoal e a fragmentação da informação sobre os serviços existentes. Estes desafios afetam de forma desproporcionada as mulheres, que continuam a assumir a maioria das responsabilidades informais de cuidado e enfrentam maiores obstáculos no acesso ao emprego, à formação e à progressão profissional. A Ação 3 visa reforçar a capacidade municipal e intermunicipal para responder a estas lacunas, através do fortalecimento dos instrumentos de diagnóstico, da melhoria da articulação entre os diferentes prestadores de cuidados e da integração dos princípios da conciliação e da igualdade de género nos instrumentos de planeamento local. Através de uma cooperação estreita entre os municípios, a CIM-RC, as IPSS, as escolas, a Ação 3 procura reforçar a capacidade regional para disponibilizar serviços de cuidado acessíveis, eficazes e inclusivos.		• EIVL • Serviços municipais de ação social • Escolas e redes educativas • IPSS e ONG • IEFP • Instituições de ensino superior • ULS Coimbra e Baixo Mondego • CCRDC		
		RISCOS		
		• Disponibilidade limitada de técnicos municipais para formação e trabalho de diagnóstico • Restrições orçamentais para a implementação de novas medidas de apoio à família • Baixo envolvimento das IPSS e dos prestadores de serviços de cuidados • Dados insuficientes ou desatualizados sobre as necessidades familiares e de cuidados • Resistência das organizações à adoção da certificação NP 4552 • Ritmo desigual de implementação entre os municípios		

AÇÃO 4
AÇÕES DE FORMAÇÃO RELACIONADAS COM ESTRUTURAS DE APOIO À FAMÍLIA E EQUILÍBRIO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

ATIVIDADE	IMPLEMENTADOR	RECURSOS	INDICADORES	CRONOGRAMA	INTERESSE NA REPLICAÇÃO
A4.1. Capacitação em matéria de equilíbrio entre vida profissional e pessoal, igualdade de género e políticas de apoio à família	Município de Coimbra	Humanos: Formadores especializados em igualdade de género, conciliação e políticas de apoio à família; técnicos municipais; ONG e IPSS; associações de pais. Financeiros: Taxas de formação; materiais pedagógicos; plataforma física/digital	• N.º de sessões de capacitação • N.º de participantes • N.º de municípios envolvidos • N.º de materiais ou guias produzidos • Índice de satisfação pós-formação	Fase 2	Município de Vila Nova de Poiares
	Município de Mealhada		• N.º de empresas participantes • N.º de ONGs participantes • N.º de participantes formados		
	Município de Tábua	Humano: Formador + sala de formação CULTIVA; associações e empresas.	• 30 formandos		
A4.2. Integração do equilíbrio entre vida profissional e pessoal nas cartas sociais e promoção da certificação NP 4552:2016	Município de Coimbra	Humanos: Técnicos municipais; consultores especializados em género e conciliação; especialistas em certificação NP 4552:2016. Financeiros: Atualização das Cartas Sociais; auditorias e taxas de certificação; sessões de sensibilização.	• N.º de Cartas Sociais atualizadas com medidas de conciliação • N.º de serviços de apoio à família mapeados • N.º de reuniões realizadas • N.º de sessões de sensibilização • N.º de aderentes à NP 4552:2016 • N.º de certificações concluídas	Phase 3	-----

3.1.4. Comunicação e Conhecimento

AÇÃO 5	OBJETIVO (S)	MATURIDADE DA		
Criação de iniciativas para reconhecer e reforçar a contribuição das mulheres em vários domínios na região	Obj 5 - Aumentar o reconhecimento e a visibilidade das mulheres	ALTA	MÉDIA	BAIXA
BREVE DESCRIÇÃO		STAKEHOLDERS A ENVOLVER		
As mulheres continuam a estar sub-representadas nas narrativas culturais, na memória política, nos registos históricos e no reconhecimento público em muitas regiões europeias, incluindo a Região de Coimbra. Os seus contributos para a governação local, a educação, a cultura, as artes, a ciência e a vida comunitária permanecem frequentemente invisíveis ou insuficientemente documentados. A Ação 5 procura inverter esta tendência através da criação e disseminação de iniciativas que valorizem, mapeiem e divulguem as realizações de mulheres dos 19 municípios da Região de Coimbra. Estas iniciativas incluem a produção de materiais digitais e físicos que evidenciam os seus contributos, a organização de eventos culturais e educativos e o apoio aos municípios na integração de estratégias de visibilidade sensíveis à perspetiva de género. A Ação 5 contribui para a transformação das perceções públicas, para a inspiração das gerações mais jovens e para o reforço do compromisso da região com a igualdade de género nos domínios cultural, político e social.		• Departamentos culturais dos municípios • Escolas, bibliotecas e redes educativas • Mídia local • Universidades (investigação, história, estudos de género) • Associações de mulheres, ONGs • CCDRC (dados culturais e demográficos regionais)		
		RISCOS		
		• Envolvimento limitado das instituições culturais ou da mídia local • Restrições orçamentárias para a produção e divulgação cultural • Variabilidade no compromisso municipal com iniciativas de visibilidade • Risco de representação desigual entre municípios ou setores • Baixa participação de escolas ou grupos comunitários • Desafios na coleta de dados históricos confiáveis para determinados municípios		

AÇÃO 5

CRIAÇÃO DE INICIATIVAS PARA RECONHECER E REFORÇAR A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES EM VÁRIOS DOMÍNIOS NA REGIÃO

ATIVIDADE	IMPLMENTADOR	RECURSOS	INDICADORES	CRONOGRAMA	INTERESSE NA REPLICAÇÃO
A5.1. Projeto-piloto: Mulheres no poder local nos últimos 50 anos	CIM-RC	Humano: Equipa de coordenação técnica do CIM-RC; design gráfico e editorial; arquivos municipais; parceiros do evento. Financeiro: Custos de produção do livro digital; logística do evento; materiais de comunicação.	• N.º de downloads/visualizações do livro digital • N.º de participantes no evento público • Alcance da mídia	Dez 2025 Fase 1	-----
A5.2. Divulgação do vídeo “Mulheres e Lugares”	CIM-RC	Humano: equipa de comunicação do CIM-RC; equipas EIVL nos municípios. Financeiro: sem custos de produção (vídeo já feito); custos promocionais menores (publicações impulsionadas, campanhas).	• N.º de visualizações e impressões do vídeo • N.º de municípios que partilharam o vídeo • N.º de eventos de sensibilização que utilizaram o vídeo	Fase 1–2 (Em curso)	-----
A5.3. Prémio FEMACT para Boas Práticas em Igualdade de Género	Município de Coimbra e Figueira da Foz	Humano: Comissão organizadora; especialistas em questões de género; equipa de comunicação. Financeiro: Custos da cerimónia; produção dos prémios; materiais de comunicação.	• N.º de municípios participantes • N.º de práticas apresentadas • N.º de ações de divulgação • N.º de parceiros envolvidos	Fase 2	Com potencial de replicação em todo o território da CIM-RC
A5.4. DENSO: Exposição Cultural e Artística da Região de Coimbra	CIM-RC & Instituto Politécnico de Coimbra (IPC)	Humano: Equipa de curadoria; equipas culturais municipais; coordenação do IPC; equipas de comunicação. Financeiro: Montagem da exposição; logística; materiais de comunicação; organização do evento.	• N.º de artistas mulheres representadas • N.º de obras expostas • N.º de visitantes • Alcance da mídia	Phase 1	-----

3.1.5. Desporto e Cultura

A área de intervenção do Desporto e da Cultura revelou um nível de envolvimento mais reduzido por parte dos municípios, quando comparada com outros domínios de intervenção. Apenas um número limitado de municípios manifestou interesse em desenvolver atividades ou em integrar a perspetiva da igualdade de género em programas já existentes. Esta adesão limitada reflete um problema estrutural mais amplo: **os setores do desporto e da cultura continuam a ser áreas onde as desigualdades de género, os estereótipos e a participação desigual permanecem profundamente enraizados.**

Apesar dos progressos dos últimos anos, as mulheres e as meninas continuam a enfrentar barreiras persistentes no acesso equitativo a oportunidades culturais, artísticas e desportivas. A representação feminina em cargos de liderança desportiva, na programação cultural e no reconhecimento artístico mantém-se desproporcionalmente baixa.

Ainda assim, esta área representa uma oportunidade significativa de transformação nos próximos anos. O reforço da igualdade de género no desporto e na cultura exige uma visão de longo prazo, uma atuação baseada em dados e a mobilização dos atores regionais. Ao longo dos próximos cinco anos, a Região de Coimbra deverá procurar:

- » Aumentar a visibilidade e a participação das mulheres e meninas em atividades **culturais, artísticas e desportivas;**
- » **Integrar critérios sensíveis às questões de género** na organização de eventos, prémios, festivais e concursos locais e regionais;
- » **Promover a igualdade de acesso às infraestruturas desportivas e espaços culturais,** abordando as barreiras sociais, económicas e territoriais;
- » **Desenvolver parcerias** com instituições educativas, clubes, associações e agentes culturais para fortalecer práticas inclusivas;
- » **Apoiar a liderança feminina em organizações culturais e desportivas,** comissões e estruturas de tomada de decisão;
- » **Criar mecanismos que incentivem meninos e meninas a praticar qualquer desporto,** incluindo aqueles tradicionalmente classificados como «masculinos» ou «femininos».

Um avanço relevante neste domínio já se concretizou através do envolvimento da CCDRC, enquanto membro ativo do ULG. Nesse contexto, a CCDRC assumiu formalmente o compromisso de liderar a seguinte atividade:

***Recolha sistemática de dados junto dos intervenientes culturais e desportivos
(municípios, agentes culturais, associações)***

Esta contribuição é particularmente relevante, uma vez que a ausência de dados desagregados por género foi identificada como um dos principais obstáculos à elaboração de políticas no domínio do desporto e da cultura.

3.1.6. Educação Formal

AÇÃO 7	OBJETIVO (S)	MATURIDADE DA AÇÃO		
Trabalho em rede para a formação de profissionais da educação e a criação de materiais e pedagogias com uma perspetiva de género	Obj 6 - Promover a igualdade de género e a não violência nas estruturas e redes educativas da CIM região de Coimbra	ALTA	MÉDIA	BAIXA
		STAKEHOLDERS A ENVOLVER		
BREVE DESCRIÇÃO		• EIVL		
		• Escolas primárias e secundárias		
		• Instituições de ensino superior (UC, IPC)		
		• ONG		
		• Associações de pais e organizações juvenis		
		• IPSS nas áreas da educação e apoio social		
		• Autoridades regionais de educação		
		• Instituições culturais e científicas envolvidas na divulgação das áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática)		
		RISCOS		
		• Disponibilidade limitada de professores para participar		
		• Resistência institucional a pedagogias sensíveis às questões de género em algumas escolas		
		• Falta de continuidade se a formação não for recorrente		
		• Níveis desiguais de empenho entre municípios e agrupamentos escolares		
		• Restrições orçamentais para formadores especializados e produção de material pedagógico		
		• Fraco envolvimento dos pais ou das comunidades locais em iniciativas de igualdade		

AÇÃO 7

TRABALHO EM REDE PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E A CRIAÇÃO DE MATERIAIS E PEDAGOGIAS COM UMA PERSPETIVA DE GÉNERO

ATIVIDADE	IMPLEMENTADOR	RECURSOS	INDICADORES	CRONOGRAMA	INTERESSE NA REPLICAÇÃO
A7.1. Realiza.te – Escola Sem Muros	CIM-RC	Humanos: equipa técnica do CIM-RC; formadores especializados em igualdade de género, equipas multidisciplinares. Financeiros: custos das sessões de formação; desenvolvimento de recursos pedagógicos; materiais de comunicação.	• N.º de escolas participantes • N.º de sessões de formação ministradas • N.º de funcionários formados • N.º de materiais pedagógicos criados/divulgados • Índice de satisfação pós-formação	Em curso Fase 1	-----
A7.2. Formação de professores sobre pedagogias inclusivas e sensíveis às questões de género	Município da Pampilhosa da Serra	Humanos: Formadores especializados; professores; técnicos municipais de educação; apoio do CIG; associações de pais; IPSS locais. Financeiros: ~500 €/ano (honorários, materiais, logística, local)	• N.º de professores formados (meta ≥10/ano) • N.º de materiais pedagógicos criados ou adaptados • Satisfação dos participantes (>80%) • N.º de campanhas de sensibilização (≥1/ano)	Fase 2	Município de Penela e Vila Nova de Poiares
A6.3. Formação de professores sobre igualdade de género na educação STEM	Município de Coimbra	Humanos: CES-UC; professores do ensino básico e secundário; ONG; comunidades escolares. Financeiros: Custos de formação; recursos didáticos STEM.	• N.º de professores formados • N.º de sessões de formação • N.º de materiais didáticos STEM produzidos/distribuídos	Fase 3	-----

3.1.7. Capacitação das Organizações

AÇÃO 8	OBJETIVO (S)	MATURIDADE DA AÇÃO		
Reforço das Equipas para a Igualdade na Vida Local através do trabalho em rede e da partilha de materiais e recursos	Obj 7 - Capacitar as organizações para integrar a perspetiva de género nas suas atividades através de redes participativas	ALTA	MÉDIA	BAIXA
BREVE DESCRIÇÃO		STAKEHOLDERS A ENVOLVER		
		- Equipas Municipais para a Igualdade (EIVL) - Unidade de coordenação CIM-RC - CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género - CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - Instituições de ensino superior - ONG e organizações comunitárias que trabalham na área da igualdade de género - CCDRC		
		RISCOS		
		- Baixa participação dos municípios com menos recursos - Limitações orçamentárias para logística e materiais de reuniões - Dificuldade em alinhar agendas entre as equipas - Níveis desiguais de motivação e comprometimento entre os municípios - Risco de duplicação de trabalho se os materiais não forem devidamente centralizados - Apoio insuficiente aos municípios sem equipas EIVL ativas		

AÇÃO 8

REFORÇO DAS EQUIPAS PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL ATRAVÉS DO TRABALHO EM REDE E DA PARTILHA DE MATERIAIS E RECURSOS

ATIVIDADE	IMPLEMENTADOR	RECURSOS	INDICADORES	CRONOGRAMA	INTERESSE NA REPLICAÇÃO
A8.1. Reunião regional das EIVL	Município de Coimbra	Humanos: Moderadores e facilitadores; técnicos da EIVL; representantes municipais. Financeiros: Custos com a logística da reunião (local, materiais, coffee break); apoio à participação híbrida.	• N.º de reuniões regionais realizadas • N.º de municípios representados • N.º de materiais/recursos partilhados • Indicadores de satisfação dos participantes	Fase 2	Potencial para replicação em todo o território da CIM-RC
A7.2. Formação para a EIVL (parceria CIG + CITE)	Municípios de Tábua, Figueira da Foz e Coimbra	Humanos: técnicos das EIVL; formadores do CIG e do CITE. Financeiros: custos das sessões de formação (materiais, logística).	• N.º de sessões de formação realizadas • N.º de municípios representados • N.º de materiais partilhados	Fase 2	Município de Mira

3.2. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

O cronograma de implementação do Plano de Ação Integrado segue uma abordagem faseada e realista que equilibra ações de início rápido, capacitação a médio prazo e mudanças estruturais a longo prazo. Em vez de um cronograma rígido, o cronograma foi concebido como um roteiro flexível que se alinha com os ciclos de planeamento municipal, as rotinas de coordenação intermunicipal e as oportunidades de financiamento disponíveis.

A implementação decorrerá em **três fases sobrepostas**, permitindo que as ações se reforcem mutuamente e garantindo um progresso contínuo ao longo dos próximos cinco anos.

FASE 1

Ativação e implementação inicial (Ano 1–2)

Esta fase centra-se em ações com elevado grau de preparação, especialmente aquelas já testadas ou integradas em programas existentes. Inclui:

- SIT FLEXI;
- Iniciativas de divulgação digital (e-book, vídeo «Mulheres e Lugares»);
- Formação de professores no âmbito de programas existentes («Escola Sem Muros»);
- Primeira reunião regional anual da EIVL.

FASE 2

Consolidação e capacitação (Ano 2–4)

Esta fase reforça a capacidade técnica e organizacional, especialmente em áreas que exigem uma coordenação mais profunda:

- Planeamento urbano sensível às questões de género e segurança dos espaços públicos;
- Formação municipal sobre equilíbrio entre vida profissional e pessoal, conciliação e apoio à família;
- Integração de medidas de igualdade e conciliação nas Cartas Sociais;
- Expansão de programas de igualdade nas escolas e transformação pedagógica;

Durante estes anos, os municípios reforçam as estruturas internas, geram dados e expandem parcerias.

FASE 3

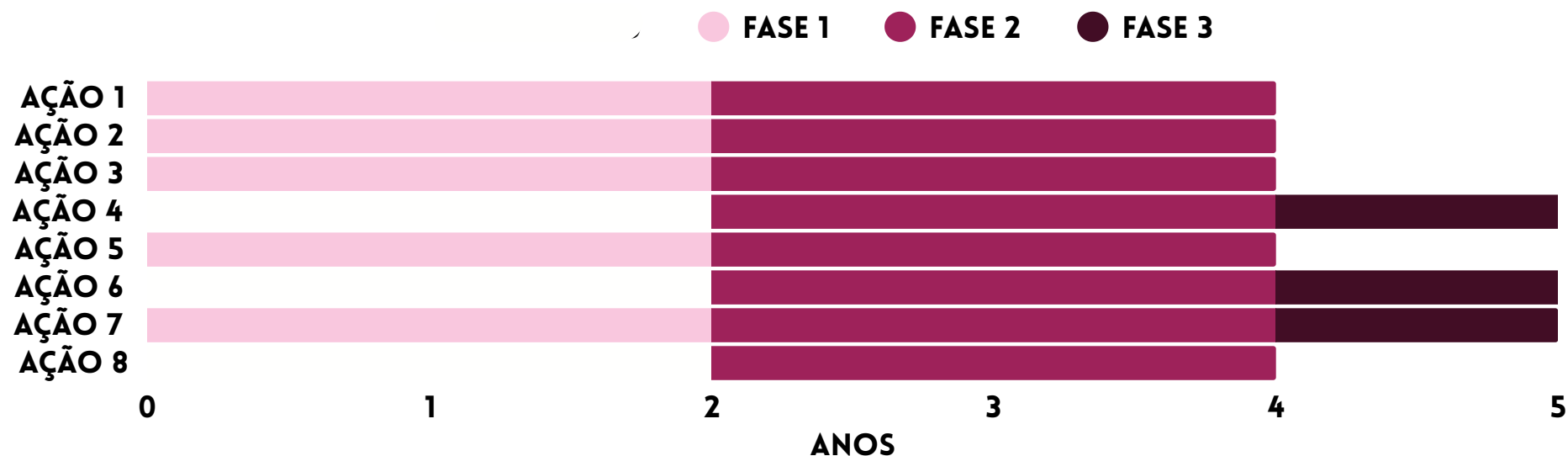
Transformação estrutural e escalabilidade (Ano 4-5)

A fase final centra-se na integração da igualdade de género nas políticas de longo prazo e na garantia de que as ações bem-sucedidas se tornem permanentes:

- Expansão das ações piloto para outros municípios;
- Integração da igualdade de género nas ferramentas estratégicas de planeamento municipal e intermunicipal;
- Estudos de acompanhamento e edições atualizadas do livro eletrónico regional.

Esta fase garante que o IAP evolua de uma iniciativa orientada para projetos para uma estratégia regional sustentável.

CRONOGRAMA



4. ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

4.1. ALINHAMENTO DA ABORDAGEM INTEGRADA

4.1.1. Governança e Estrutura

4.2. O FUTURO DO ULG

4.3. ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

4.4. AVALIAÇÃO DE RISCOS E ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO

4.5. MONITORIZAÇÃO E REPORT

IMPLEMENTATION
FRAMEWORK

4.1. ALINHAMENTO DA ABORDAGEM INTEGRADA

O conjunto de ações definido neste Plano de Ação Integrado reflete uma combinação coerente e equilibrada de iniciativas em diferentes fases de maturidade, demonstrando a capacidade da Região de Coimbra para avançar simultaneamente em intervenções de alta prontidão e transformações estruturais a longo prazo. Os níveis de prontidão variam entre alta, média e baixa maturidade, refletindo a diversidade de capacidades técnicas, preparação organizacional e níveis de envolvimento em todo o território.

Várias ações apresentam um elevado grau de preparação, nomeadamente as que se baseiam em programas regionais consolidados ou que foram testadas durante o projeto FEMACT-Cities.

As ações com prontidão média são aquelas que exigem uma coordenação mais profunda, governança multinível ou investimento adicional, como capacitação de técnicos municipais, planeamento urbano sensível às questões de género, políticas de segurança, fortalecimento das EIVL e promoção de medidas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Essas ações são estrategicamente relevantes e baseadas em metodologias validadas, mas exigem uma articulação maior entre municípios, escolas, forças de segurança, agências regionais e organizações da sociedade civil.

Um número limitado de ações demonstra menor maturidade, principalmente em domínios onde o envolvimento municipal continua baixo, como desporto e cultura. Isso não reflete uma falta de relevância, mas sim destaca barreiras estruturais e áreas pouco exploradas para a igualdade de género.

É importante referir que o conjunto completo de ações está totalmente alinhado com a visão e os objetivos estratégicos deste IAP. Este alinhamento é reforçado através da Abordagem Integrada URBACT, que está incorporada em todo o plano:

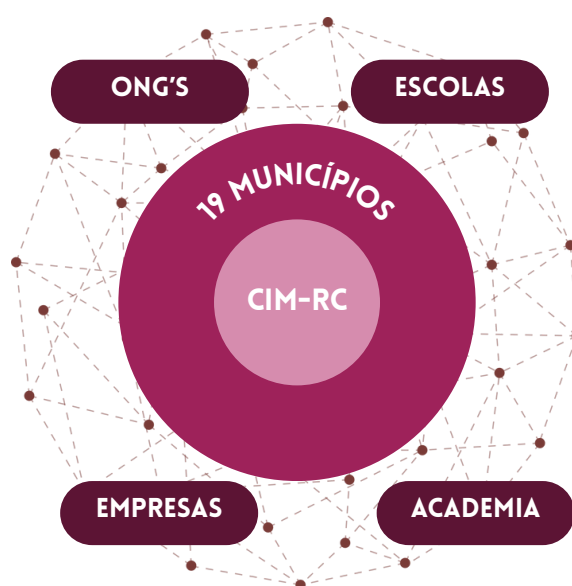
NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	COMO?
HORIZONTAL	As ações interligam vários domínios: mobilidade, cultura, segurança, empreendedorismo, educação e desenvolvimento organizacional, garantindo que a igualdade de género não seja tratada como um domínio isolado, mas como uma dimensão transversal da política local.

VERTICAL	O plano conecta iniciativas locais com atores regionais e nacionais e instituições educacionais, garantindo a consistência entre as intervenções municipais e os quadros políticos mais amplos.
TERRITORIAL	São considerados diferentes perfis municipais (urbanos, semiurbanos e rurais), promovendo medidas que respondem às diversas condições demográficas, geográficas e infra estruturais da região de Coimbra.
PARTICIPATIVO	O forte envolvimento dos membros da ULG, das EIVL, das associações, das escolas, dos atores comunitários e das agências regionais garante que as ações sejam concebidas e assumidas em conjunto pelas pessoas e organizações que as irão implementar.

Em conjunto, as ações, os seus níveis de preparação e o seu alinhamento estratégico demonstram uma agenda coesa e orientada para o futuro que promove a visão de longo prazo da Região de Coimbra: **um território onde a igualdade de género está sistematicamente integrada nas políticas públicas, na cultura organizacional, na prestação de serviços e na vida quotidiana da comunidade.**

4.1.1. Governance and Framework

A implementação deste Plano de Ação Integrado é apoiada por um modelo de governação concebido para ser coordenado e prático, refletindo os princípios da abordagem integrada URBACT. Em vez de funcionar como um conjunto de ações isoladas, o plano é executado por uma rede de instituições que trabalham em conjunto, cada uma contribuindo com os seus pontos fortes e conhecimentos específicos. **No centro desta coordenação está a CIM-RC**, que garante a coesão entre os 19 municípios, liga as dinâmicas locais aos quadros regionais e nacionais e mantém a direção estratégica do plano ao longo do tempo.



Os municípios, por sua vez, desempenham um papel decisivo. São um dos principais implementadores das ações, mobilizam os parceiros locais, atribuem recursos, integram a igualdade de género nas suas políticas e garantem que o IAP se torne parte da prática municipal quotidiana. Dentro de cada município, as EIVL atuam como motores operacionais deste processo. Prestam apoio técnico, facilitam a colaboração entre departamentos e mantêm um foco consistente na integração da perspectiva de género na governação local.

O quadro de governação também beneficia do envolvimento de parceiros regionais e nacionais importantes. Instituições como a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a CCDRC e o CES-UC contribuem com conhecimentos especializados que ajudam os municípios a abordar áreas temáticas complexas.

A coordenação e a tomada de decisões são organizadas de forma a incentivar o diálogo e a colaboração contínuos.

» O CIM-RC continuará a convocar reuniões intermunicipais para monitorizar o progresso, resolver desafios emergentes e ajustar prioridades quando necessário.

» A nível local, os municípios mantêm uma coordenação regular através das suas equipas e estruturas internas, garantindo que os diferentes departamentos contribuem eficazmente para a implementação.

A estrutura é colaborativa e os mecanismos são concebidos não só para implementar o plano, mas também para se adaptar às necessidades futuras e manter um compromisso sustentado com a igualdade em toda a região.

4.2 O FUTURO DO ULG

O ULG tem sido um elemento central do projeto FEMACT-Cities, reunindo municípios, organismos regionais e nacionais, escolas e ONG num espaço comum de diálogo e cooperação. Com o fim do projeto, este trabalho colaborativo não desaparecerá, mas será integrado na Plataforma Supraconcelhia coordenada pela CIM RC.

A Plataforma Supraconcelhia, que abrange a NUT III Região de Coimbra, é já um fórum permanente onde os municípios analisam os desafios sociais, coordenam os instrumentos de planeamento local e alinham as suas estratégias com os programas nacionais. A maioria dos membros da ULG já participa nesta estrutura, tornando-a o local natural para a continuação das práticas colaborativas desenvolvidas durante o FEMACT-Cities.

O conhecimento e os métodos desenvolvidos no âmbito do ULG serão diretamente incorporados no trabalho da Plataforma, particularmente no Grupo de trabalho da Inclusão Social, que será o maior beneficiário das ferramentas, abordagens de formação e práticas de integração da perspetiva de género desenvolvidas ao longo do projeto. O legado do ULG também apoiará os grupos de trabalho sobre Emprego e Saúde, onde as perspetivas sensíveis ao género são cada vez mais necessárias.

Ao integrar a ULG na Plataforma Supraconcelhia, a Região de Coimbra garante a continuidade, a cooperação entre as partes interessadas e um compromisso de longo prazo com a igualdade de género, para além do projeto FEMACT Cities. A Plataforma manterá reuniões anuais e temáticas, mantendo as principais partes interessadas ativamente envolvidas na implementação e no acompanhamento. Isto garante que o IAP continue a ser um processo vivo, apoiado por uma estrutura de governação permanente, em vez de uma rede de projetos temporária.



4.3. ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

A estratégia de financiamento do IAP assenta numa abordagem pragmática que permite à Região de Coimbra e aos seus municípios implementar as ações propostas de forma realista e sustentável. O plano combina recursos locais e regionais com instrumentos nacionais e oportunidades de financiamento europeu, garantindo que as iniciativas de curto prazo possam ser iniciadas imediatamente, criando simultaneamente condições para a continuidade e expansão a longo prazo.

A nível local, muitas atividades, particularmente aquelas relacionadas com formação, sensibilização, eventos de pequena escala, coordenação das EIVL e trabalho pedagógico nas escolas, requerem um investimento reduzido e podem ser financiadas diretamente através dos orçamentos municipais. Os municípios já alocam recursos para a igualdade, educação e ação social, e essas linhas continuarão a apoiar sessões, workshops, materiais promocionais e esforços de capacitação.

O orçamento da CIM-RC também desempenha um papel central, especialmente em ações que envolvem coordenação intermunicipal, comunicação, divulgação ou apoio técnico, tais como a produção de guias, a organização de reuniões regionais ou a coordenação de redes. Vários parceiros, incluindo escolas, ONG, IPSS, universidades e associações locais, contribuem com recursos não financeiros adicionais, tais como instalações, equipas técnicas e apoio científico, reduzindo os custos globais de implementação e reforçando a apropriação local.

Perspetivando o futuro, a CIM-RC e os municípios continuarão a procurar financiamento adicional, como:

Programa de Financiamento UE/PT	O que financia?	Relevância para o IAP	Atividades apoiadas
CERV – Cidadãos, Igualdade, Direitos	Igualdade de género, antidiscriminação, antiviolença (Daphne), participação dos cidadãos	Mais alinhado com ações de igualdade de género e prevenção da violência	Campanhas de prevenção da violência; formação; guias de sensibilização; apoio às EIVL

Programa de Financiamento UE/PT	O que financia?	Relevância para o IAP	Activities Supported
FSE+ – Fundo Social Europeu +	Emprego, inclusão social, competências, empreendedorismo	Empreendedorismo feminino, equilíbrio entre vida profissional e pessoal	Formação para EIVL; programas de empreendedorismo; iniciativas STEM relacionadas com o género; medidas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal
Erasmus+	Educação, pedagogia, formação, redes escolares	Formação de professores, criação de pedagogias inclusivas	Formação sobre educação sensível às questões de género; projetos de intercâmbio; desenvolvimento de materiais
URBACT IV	Desenvolvimento urbano integrado, transferência de boas práticas	Melhoria das redes e da governança	Ações-piloto, intercâmbio de práticas de integração da perspectiva de género, melhoria da governação intermunicipal
Iniciativa Urbana Europeia (IUE)	Inovação urbana, teste de novas soluções	Ações inovadoras em matéria de segurança, mobilidade, planeamento.	Pilotos sobre espaço público sensível às questões de género, mobilidade e auditorias de segurança
Europa Criativa	Cultura, visibilidade, comunicação	A visibilidade das mulheres na cultura, na história e na liderança	Publicações, exposições

4.4. AVALIAÇÃO DE RISCOS E ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO

A implementação deste plano envolverá naturalmente alguns riscos, mas nenhum que não possa ser antecipado e gerido com as sólidas bases de colaboração já existentes. A Região de Coimbra beneficia de uma rede ativa de municípios, da Plataforma Supraconcelhia e das Equipas de Igualdade na Vida Local (EIVL) empenhadas, o que reduz significativamente a incerteza.

Os principais riscos estão relacionados com a disponibilidade limitada de staff em alguns municípios, níveis desiguais de envolvimento, restrições orçamentais para algumas ações e a complexidade da coordenação de iniciativas com múltiplos intervenientes (especialmente nas áreas da mobilidade, educação e segurança pública). Mudanças políticas ou administrativas também podem atrasar certas etapas.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MITIGAÇÃO
Disponibilidade limitada de staff municipal	Média	Alto	Planeamento antecipado; distribuir a carga de trabalho entre EIVL + CIM-RC; formatos híbridos/online; integrar tarefas nos fluxos de trabalho existentes.
Envolvimento desigual entre os municípios	Média	Médio	Coordenação intermunicipal regular; capacitação entre pares; reconhecimento de boas práticas; validação política.
Dependência de financiamento externo para algumas ações	Baixa-Média	Alto	Preparar múltiplas vias de financiamento (municipal, nacional, UE); implementação faseada
Atrasos devido a prioridades políticas/administrativas	Média	Médio	Alinhar as ações com os planos estratégicos municipais; manter a continuidade intermunicipal através do CIM-RC.
Desafios de coordenação com parceiros externos (educação, segurança, mobilidade)	Média	Alto	Protocolos claros; calendário anual de coordenação; interlocutores designados por instituição; opções de participação híbrida.
Participação insuficiente em formações ou campanhas	Baixa-Média	Médio	Comunicação forte; divulgação direcionada; agendamento flexível; incentivos (certificação, reconhecimento).
Lacunas nos dados (ex. necessidades familiares, indicadores de segurança, dados desagregados por género)	Média	Médio	Reforçar a colaboração com escolas e universidades; recolha anual de dados; criar modelos padronizados para os municípios.
Resistência à adoção de novas normas (por exemplo, NP 4552)	Baixa-Média	Médio	Campanhas de sensibilização sobre os benefícios organizacionais; exemplos-piloto; apoio de especialistas externos; adoção faseada opcional.

Para resolver esta questão, o IAP adota uma abordagem **preventiva e adaptativa**: planeamento antecipado, responsabilidades claras, coordenação intermunicipal regular, implementação faseada e monitorização contínua liderada pela CIM-RC. A utilização de estruturas e redes de longa data garante que o conhecimento é partilhado em vez de concentrado, reforçando a resiliência e a continuidade, mesmo que os contextos locais mudem.

Com estes mecanismos, a Região de Coimbra entra na fase de implementação com uma sólida capacidade de **antecipar, absorver e gerir riscos**, garantindo que o plano se mantém realista, exequível e alinhado com as prioridades regionais.

4.5. MONITORIZAÇÃO E REPORT

A estrutura de monitorização acompanhará o progresso em direção aos objetivos estratégicos do IAP através de um conjunto estruturado de indicadores. Esses indicadores refletem os resultados, os efeitos e os níveis de envolvimento entre municípios, partes interessadas e grupos-alvo.

AÇÃO	INDICADORES
1. Fortalecimento do empreendedorismo feminino	► N.º de edições do Prémio Empreendedorismo Feminino realizadas (anualmente) ► N.º de candidatas/empreendedoras participantes ► N.º de campanhas de visibilidade e comunicação ► Índice de satisfação das participantes (%) ► N.º de formações/workshops realizados (AMERC, CULTIVA, etc.)
2. Políticas de planeamento urbano e mobilidade sensíveis às questões de género	► N.º de sessões de formação em planeamento sensível ao género (funcionários municipais) ► N.º de forças de segurança formados ► N.º de campanhas de sensibilização para a segurança/mobilidade realizadas ► N.º de municípios que integram critérios sensíveis ao género ► N.º /percentagem de utilizadores do SIT FLEXI por género ► N.º de reuniões de coordenação interinstitucional
3. Divulgação e formação sobre prevenção da violência doméstica e de género	► N.º de guias distribuídos (impressos + digitais) ► N.º de municípios, bibliotecas e escolas que utilizam o guia ► N.º de downloads/visualizações do guia digital ► N.º de campanhas de sensibilização realizadas ► N.º de entidades participantes em reuniões intermunicipais ► N.º de profissionais formados (funcionários municipais, ONG, PSP/GNR)
4. Visibilidade e reconhecimento das mulheres na região	► N.º de participantes envolvidos no projeto «Mulheres no Poder Local – Últimos 50 Anos» ► N.º de downloads/visualizações da publicação digital ► N.º de municípios que divulgaram o projeto ► Alcance da comunicação (visualizações, partilhas, impressões) ► N.º de parceiros culturais/escolares/comunitários envolvidos
5. Rede de contactos e formação de profissionais da educação	► N.º de escolas participantes em programas de formação ► N.º de sessões de formação de professores realizadas ► N.º de professores formados anualmente ► N.º de materiais educativos criados/adaptados ► % de escolas que integram a igualdade de género nos planos ► Taxa de satisfação dos professores (%) ► N.º de materiais STEM implementados nas salas de aula ► N.º de parcerias com universidades
6. Fortalecimento das Equipas de Igualdade na Vida Local (EIVL)	► N.º de reuniões regionais da EIVL realizadas anualmente ► N.º de municípios representados ► N.º de sessões de formação ministradas para a EIVL ► N.º de membros da EIVL formados ► N.º de recursos/ferramentas partilhados entre municípios ► Níveis de participação e satisfação (%) ► N.º de iniciativas colaborativas concebidas através da EIVL

5. CONCLUSÃO

O Plano de Ação Integrado da Região de Coimbra define uma visão ousada e prática para 2025-2030: **uma região onde a igualdade de género se torna um catalisador para o bem-estar social, a inovação, a segurança e o desenvolvimento inclusivo**. Elaborado em colaboração com municípios, equipas locais, instituições educacionais e sociais, sociedade civil e parceiros regionais, este plano reflete um entendimento comum de que a igualdade de género não é um complemento, mas sim a base para comunidades mais fortes e resilientes.

As ações definidas ao longo do IAP mostram que a região está pronta para passar da intenção à implementação. Com prioridades claras, cronogramas faseados e uma abordagem pragmática de financiamento, a Região de Coimbra tem as ferramentas necessárias para transformar compromissos em melhorias tangíveis na vida das pessoas. O foco no reforço de capacidades, nas redes de cooperação, no planeamento sensível às questões de género e no apoio às famílias e aos profissionais garante que a mudança será sentida no terreno, e não apenas nos documentos políticos.

O que mais se destaca é a vontade regional de trabalhar em conjunto. Através da Plataforma Supraconcelhia, das EIVL e da colaboração intermunicipal contínua, a Região de Coimbra está bem posicionada para obter resultados a longo prazo e reduzir as desigualdades em todo o seu território.

Este plano marca o início de um novo ciclo de ação coordenada, aprendizagem partilhada e melhoria contínua: um passo coletivo em direção a uma Região de Coimbra mais justa, mais inclusiva e preparada para o futuro.

Este Plano de Ação Integrado foi desenvolvido no âmbito do projeto FEMACT Cities e financiado pelo programa URBACT IV.